

RADAR TRABALHISTA



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 153 – 29/06 à 03/07/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Maio registra saldo negativo de -331.901 postos de trabalho](#)

Ministério da Economia - 29/06/2020

dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) mostram que o mês de maio teve uma retração de -331.901 postos de trabalho no saldo de empregos com carteira assinada no país. No mês, houve 703.921 admissões e de 1.035.822 desligamentos. Com o resultado, o acumulado do ano chegou a -1.144.875 postos formais de trabalho. As atividades econômicas tiveram os seguintes resultados: Serviços (-143.479); Indústria geral (-96.912 postos); Comércio (-88.739 postos); e Construção (-18.758 postos).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Mudanças no Regimento Interno enfatizam atuação colegiada do STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 01/07/2020

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovaram, em sessão administrativa eletrônica encerrada nesta quarta-feira (1º), alterações no [Regimento Interno](#) da Corte (RISTF) e na [Resolução 642/2019](#) que conferirão mais transparência e rapidez à tramitação de processos no Tribunal. Uma das principais alterações é a necessidade de submeter à referendo do Plenário do STF a decisão do relator sobre pedido de tutela de urgência contra atos dos presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do próprio STF. Segundo o presidente do Tribunal, ministro Dias Toffoli, a inclusão dessa exigência confere segurança jurídica e reforça o sentido de colegialidade do Plenário.

[Ministro suspende trâmite de ações que discutem correção monetária de créditos trabalhistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 29/06/2020

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão da tramitação de todos os processos no âmbito da Justiça do Trabalho em que se discutam se os valores devidos deverão ser corrigidos pela Taxa Referencial (TR) ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

[Gestante com contrato temporário não tem direito à garantia provisória de emprego](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/07/2020

Uma consultora de vendas que prestou serviços para a Tim Celular S.A. em Cuiabá (MT) e soube de sua gravidez após o fim do contrato temporário não tem direito à garantia provisória de emprego. A decisão da Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho segue entendimento recente do Pleno do TST, que considerou inaplicável a estabilidade da gestante no caso de contratação temporária.

[Contrato de construção civil não enseja responsabilidade subsidiária da Administração Pública](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/07/2020

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a responsabilidade subsidiária imposta à Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) quanto ao pagamento de verbas trabalhistas a um motorista de Serra (ES). Para o órgão, a empresa pública caracterizada “dona da obra” não tem responsabilidade subsidiária ou solidária em relação às obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro.

[Prazos processuais estão suspensos entre 2 e 31 de julho por causa do recesso forense](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/06/2020

O horário de atendimento ao público externo no Tribunal Superior do Trabalho, no período de 2 a 31 de julho de 2020, será das 13h às 19h. A comunicação dos advogados, das partes e dos membros do Ministério Público com os servidores e os ministros será por meio telefônico ou eletrônico, inclusive quanto ao protocolo de petições e à prática de outros atos processuais. A informação consta do [Ato nº 274](#), de 25 de junho de 2020, alterado pelo [Ato nº 280](#), de 30 de junho de 2020, assinado pela presidente do TST, ministra Maria Cristina Peduzzi.



Notícias do Executivo

[Antecipações de auxílio-doença e BPC são prorrogadas até 31 de outubro](#)

Ministério da Economia - 03/07/2020

O Governo Federal autorizou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pagar antecipações de auxílios-doença e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A medida foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (2/7). De acordo com o [Decreto 10.413](#), as antecipações serão pagas até o dia 31 de outubro.

[Redução do IOF sobre operações de crédito é prorrogada por mais 90 dias](#)

Ministério da Economia - 03/07/2020

A redução da alíquota do IOF incidente sobre operações de crédito foi prorrogada pelo prazo de 90 dias. A decisão está no [Decreto 10.414, de 2 de julho de 2020](#), publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira (3/7). Além disso, também é reduzida pelo mesmo período a alíquota adicional do IOF de 0,38%, incidente sobre essas operações de crédito, a qual tem maior impacto sobre as operações de curto prazo no momento em que as pessoas físicas e jurídicas necessitam de maior liquidez.

[Portaria prorroga prazo de inspeção de equipamentos usados em indústrias que fabricam insumos para combate à covid-19](#)

Ministério da Economia - 02/07/2020

Foi publicada, nesta quinta-feira (2/7), em edição extra do Diário Oficial da União, a [Portaria nº 15.797](#), que permite a postergação de até seis meses dos prazos previstos na Norma Regulamentadora nº 13 (NR-13) para a inspeção de segurança periódica de vasos sob pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento, desde que medidas adicionais de prevenção sejam cumpridas.

[Aplicativo da Carteira de Trabalho Digital alcança mais de 100 milhões de acessos](#)

Ministério da Economia - 02/07/2020

Os 17,1 milhões de trabalhadores que já emitiram a Carteira de Trabalho Digital acessaram o serviço mais de 100 milhões de vezes de janeiro do ano passado até hoje. Deste total, 91 milhões de acessos foram feitos em 2020. Com a [Portaria 1.065, de 29 de setembro de 2019](#), a Carteira de Trabalho Digital passou a substituir o documento físico de papel, sendo emitida automaticamente para todo brasileiro ou estrangeiro que tenha inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF).

[Receita prorroga até o fim do mês prazo de recepção de documentos para atendimento presencial](#)

Ministério da Economia - 01/07/2020

Receita Federal prorrogou até o dia 31 de julho a flexibilização dos requisitos para recepção de documentos para serviços prestados pelo atendimento, como, por exemplo, pedido de regularização de CPF. A exigência de cópia simples e digitalizadas possibilita o atendimento por meio de novos canais de interação com o contribuinte como o correio eletrônico (caixas corporativas das regiões fiscais). A medida, que já estava em vigor, teve validade prorrogada até 31 de julho de 2020 pela [Instrução Normativa RFB nº 1.962, de 30 de junho de 2020](#).

[Transação extraordinária e transação por adesão são prorrogadas](#)

Ministério da Economia - 01/07/2020

Foram publicados nesta quarta-feira (1º/7), a Portaria nº 15.413, de 29 de junho de 2020, e o Edital nº 4, de 30 de junho de 2020, prorrogando o prazo de ingresso nas modalidades de transação extraordinária e de transação por adesão. A transação extraordinária permite parcelar, em até três meses, a entrada, referente a 1% do valor total dos débitos de pessoas físicas ou jurídicas com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

[PGFN prorroga suspensão dos atos de cobrança até 31 de julho](#)

Ministério da Economia - 01/07/2020

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prorrogou, até 31 de julho de 2020, a suspensão temporária de atos de cobrança em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19). Parcelamentos que incidam em motivo de rescisão, por falta de pagamento, não serão rescindidos durante o período de suspensão. Ao final desse período, o contribuinte que deixar acumular parcelas em atraso poderá ser excluído do parcelamento, caso não regularize a situação.

[Normativos da União deverão ter análise de impacto regulatório para serem editados](#)

Ministério da Economia - 01/07/2020

O governo federal regulamentou, por meio do [Decreto N° 10.411](#), publicado nesta quarta-feira (1º/7), a exigência de Análise de Impacto Regulatório (AIR) nas atividades econômicas de normativos editados pela Administração Pública Federal. Esse instrumento já era previsto no artigo 5º da Lei de Liberdade Econômica (Lei 13.874, de setembro de 2019), mas dependia de regulamentação. O decreto estabelece como deverá ser feita a análise, os parâmetros que deverão ser seguidos e os normativos que precisarão ser observados.

[Decreto atualiza o Regulamento da Previdência Social às regras da Nova Previdência](#)

Ministério da Economia - 01/07/2020

Foi publicado no Diário Oficial da União, nesta quarta-feira (1º/7), o [Decreto nº 10.410](#) que promove uma ampla atualização no regulamento que disciplina a aplicação dos planos de custeio e de benefícios da Previdência Social. A atualização se fazia necessária após a aprovação da Nova Previdência ([Emenda Constitucional nº 103/2019](#)) e consolida alterações na legislação dos últimos dez anos.

[Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda já realizou cerca de 12 milhões de acordos](#)

Ministério da Economia - 30/06/2020

O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda já realizou cerca de 12 milhões acordos individuais e coletivos. A informação foi dada pelo secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, durante a coletiva dos dados do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), nesta segunda-feira (29/6).

[Auditores fiscais embargam obra em Goiânia por risco à saúde de operários](#)

Ministério da Economia - 30/06/2020

Auditores fiscais da Superintendência Regional do Trabalho em Goiás (SRTb-GO) embargaram, nesta sexta-feira (26/6), a obra de construção do corredor Leste/Oeste, entre a Rua 74, no centro de Goiânia, até a Rodovia GO-403, que dá acesso a Senador Canedo (GO). Na obra, havia 40 operários em situação de risco para a saúde e segurança.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT divulga nota técnica com medidas de proteção a trabalhadores adolescentes](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/07/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou nesta sexta-feira (3) [nota técnica](#) com orientações que garantem a proteção de trabalhadores adolescentes durante a reabertura e retomada de atividades econômicas. O documento contém uma série de medidas que devem ser adotadas por empregadores, entidades formadoras, entidades concedentes da experiência prática de aprendizagem e instituições de ensino intervenientes de estágio. As medidas abrangem adolescentes aprendizes, empregados ou estagiários.

[MPT recebe 23 mil denúncias ligadas à Covid-19 desde o início da pandemia](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/07/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 23366 denúncias relacionadas ao novo coronavírus (Covid-19) desde o início da pandemia. É o que aponta novo levantamento realizado pela instituição, divulgado nesta sexta-feira (3). Até o dia 29 de junho, foram ajuizadas 184 ações civis públicas e firmados 60 termos de ajuste de conduta. Também foram expedidas 11035 recomendações a autoridades do poder público e empregadores e instaurados 5127 inquéritos civis relacionados à pandemia.

[STF decide que liminar que suspende ações sobre correção monetária de dívidas trabalhistas não impede andamento de processos](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/07/2020

Em decisão divulgada nesta quarta-feira (1º) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro da Corte Gilmar Mendes esclareceu que a liminar que suspendeu todos os processos que discutem a correção monetária de dívidas trabalhistas não impede o andamento de processos judiciais.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MP 927: Em live com senadores, presidente do SINAIT destaca retirada de direitos dos trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/06/2020

O presidente do SINAIT, Carlos Silva, participou da live “Riscos da MP 927/2020 para a classe trabalhadora” realizada, nesta segunda-feira, dia 29 de junho, com a mediação do senador Paulo Paim (PT/RS). Na ocasião, participaram os senadores Rose de Freitas (Podemos/ES), Zenaide Maia (Pros/RN), Irajá (PSD/TO), Jean Paul (PT/RN), Paulo Rocha (PT/PA), Rogério Carvalho (PT/SE) e Weverton (PDT/MA), além de sindicalistas e autoridades trabalhistas.

[Sem lista tríplice ou processo de seleção, Subsecretaria de Inspeção do Trabalho tem novo titular](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 29/06/2020

O Auditor-Fiscal do Trabalho Rômulo Machado e Silva é o novo subsecretário de Inspeção do Trabalho. Ele assume o cargo no lugar do Auditor-Fiscal do Trabalho Celso Amorim. Brasiliense, Rômulo ingressou na carreira da Auditoria-Fiscal do Trabalho no Amazonas. Atualmente lotado e em exercício no Distrito Federal, há muito tempo exerce sua função na unidade central do Ministério do Trabalho, atual Ministério da Economia. Sua última função foi assessor do Gabinete da Secretaria de Trabalho. Acompanha de perto e teve participação intensa no processo de revisão das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho – NRs

Outras Notícias

[Contra paralisação, OAB pede urgência nas ADCs sobre correção monetária](#)

Consultor Jurídico - 29/06/2020

A suspensão de todos os processos trabalhistas que discutam o índice de correção a incidir sobre débitos trabalhistas resultantes de condenação judicial, determinada pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, fez a Ordem dos Advogados do Brasil recorrer ao presidente da corte, ministro Dias Toffoli, por urgência na tramitação.

[Empresa de transporte deve readmitir 178 empregados, decide juiz do ES](#)

Consultor Jurídico - 29/06/2020

As empresas só podem concretizar dispensas coletivas depois de negociar com o sindicato que defende a categoria e de adotar medidas para diminuir os impactos das demissões. O entendimento é do juiz Guilherme Pivetti, da 6ª Vara do Trabalho de Vitória (ES), ao ordenar, em caráter liminar, que a empresa de transporte rodoviário Viação Águia Branca readmita 178 empregados demitidos durante a epidemia do novo coronavírus. A decisão foi proferida no dia 19/6.

[Trabalhador não comprova assédio moral e é condenado a pagar custas processuais](#)

Consultor Jurídico - 29/06/2020

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em Brasília, negou pedido de indenização por danos morais de funcionário contra uma empresa de tecnologia. De acordo com a decisão da 3ª Turma, unânime, as provas e testemunhas apresentadas pelo ex-empregado não comprovaram assédio por parte da empregadora.



Atos Normativos

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 71, DE 2020](#) (DOU de 29/06/2020 Seção I Pág. 01) - A Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga avacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias;

[RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN ANVISA Nº 458, DE 26 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 29/06/2020 Seção I Pág. 61) - Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes sorológicos para a infecção pelo Coronavírus (COVID-19), em cumprimento a determinação judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0810140-15.2020.4.05.8300.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 30/06/2020 Seção I Pág. 03) - Estabelece a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal;

[MENSAGEM Nº 364, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 30/06/2020 Seção I Pág. 04) - Nos termos do §1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 1.075, de 2020, que “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

[PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 256, DE 26 DE JUNHO DE 2020](#) (*) (DOU de 30/06/2020 Seção I Pág. 20) - Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) no âmbito dos Ministérios da Economia e da Saúde com o objetivo de revisão da lista de doenças e afecções que isentam de carência conforme disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

(*) Republicada por ter saído com omissão do anexo no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2020, Seção 1, página 14.

[PORTARIA SEPRT Nº 15.400, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 30/06/2020 Seção I Pág. 36) - Os Certificados de Aprovação - CA dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI tipo respirador de adução de ar tipo linha de ar comprimido de fluxo contínuo, respirador de adução de ar tipo linha de ar comprimido de demanda com pressão positiva e respirador de adução de ar tipo máscara autônoma de circuito aberto de demanda com pressão positiva, cujos ensaios laboratoriais são realizados por laboratório nacional credenciado pela Secretaria de Trabalho, e estejam válidos no período compreendido entre a data da publicação desta Portaria até 30 de junho de 2021, poderão ter sua validade prorrogada até 30 junho de 2022;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 58, DE 23 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 30/06/2020 Seção I Pág. 40) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Ementa: Contribuições Sociais Previdenciárias. Vale-Transporte. Auxílio Alimentação. Retenção. Base de Cálculo;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.961, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 30/06/2020 Seção I Extra Pág. 04) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19);

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.962, DE 30 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 30/06/2020 Seção I Extra Pág. 04) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19);

[PORTARIA RFB Nº 1.087, DE 30 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 30/06/2020 Seção I Extra Pág. 04) - Altera a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que suspende prazos para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19);

[DECRETO Nº 10.410, DE 30 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 01/07/2020 Seção I Pág. 05) - Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n o 3.048, de 6 de maio de 1999;

[DECRETO Nº 10.411, DE 30 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 01/07/2020 Seção I Pág. 35) - Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;

[DECRETO Nº 10.412, DE 30 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 01/07/2020 Seção I Pág. 36) - Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para prorrogar o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020;

[PORTARIA PGFN Nº 15.413, DE 29 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 01/07/2020 Seção I Pág. 45) - Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU;

[DECRETO Nº 10.413, DE 2 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 02/07/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020;

[PORTARIA SEPRT Nº 15.797, DE 2 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 02/07/2020 Seção I Extra Pág. 05) - Estabelece medida extraordinária quanto à inspeção de segurança periódica de vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento, prevista na Norma Regulamentadora nº 13 - Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento, em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (Processo nº 19966.100593/2020-85);

[LEI Nº 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 03/07/2020 Seção I Pág. 02) - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19;

[DECRETO Nº 10.414, DE 2 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 03/07/2020 Seção I Pág. 04) - Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

[MENSAGEM Nº 374, DE 2 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 03/07/2020 Seção I Pág. 04) - Nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.562, de 2020, que “Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19;

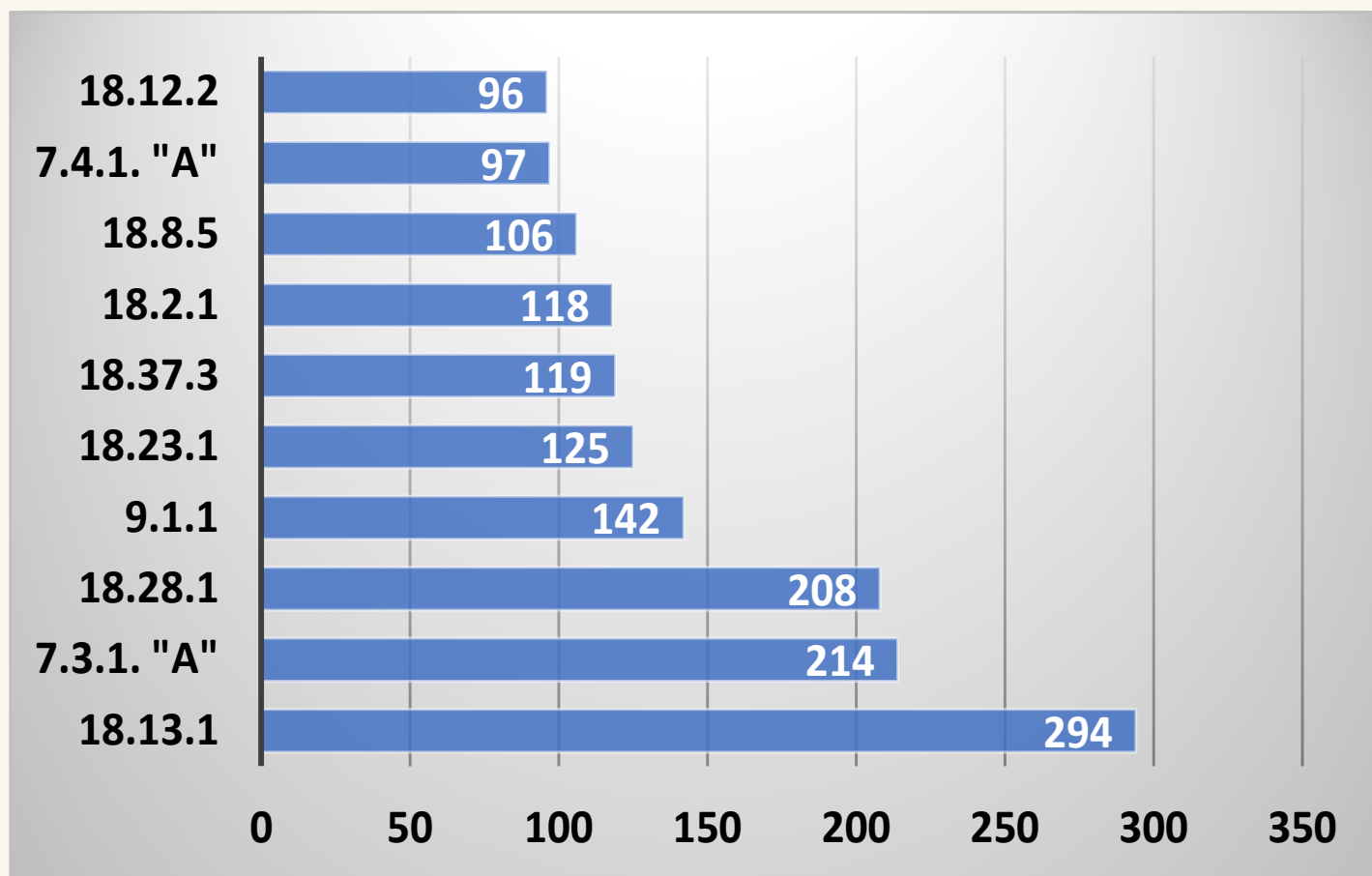
[PORTARIA CARF Nº 260, DE 1º DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 03/07/2020 Seção I Pág. 17) - Disciplina a proclamação de resultado do julgamento no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, nas hipóteses de empate na votação;

[PORTARIA SEPRT Nº 15.829, DE 2 DE JULHO DE 2020](#) (DOU 03/07/2020 Seção I Pág. 64) - Dispõe sobre a operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e destes entre si, de que tratam a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e o Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019. (Processo nº 10133.100215/2020-20);



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2018:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

7.3.1. Compete ao empregador:
a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.28.1. Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

9.1.1. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

18.23.1. A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI

adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.37.3. É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.2.1. É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

7.4.1. O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

a) admissional;

18.12.2. As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula